

ANEXO I

TERMO DE REFERÊNCIA

1- DO OBJETO

1.1. Aquisição de Equipamentos Médicos para a Subsecretaria de Atenção Básica, conforme condições, especificações, quantidades, exigências e estimativas, estabelecidas nos autos, bem como nas demais cláusulas deste instrumento.

1.2. **Requisitante:** Subsecretaria de Atenção Básica ;

1.3. **Fundamentação Legal:** Decreto Municipal 599/2020 – Pregão Eletrônico

2- DO QUANTITATIVO

2.1. A tabela a seguir descreve detalhadamente o objeto deste Termo de Referência:

ITEM	DESCRIÇÃO DO MATERIAL	UNIDADE	QUANT.
1	BALANÇA ANTROPOMÉTRICA INFANTIL Sistema Digital com Display LCD; Capacidade de pesagem 25 Kg com divisão de 2/5 g; Régua Antropométrica de 0 e 54 cm com graduação de 1 cm; 220 V/Bivolt.	Unid.	01
2	DEFIBRILADOR CONVENCIONAL Tipo: Bifásico; Possui suporte e teste para Pás; Possui Pás internas : possui bateria.	Unid.	01
3	CARDIOVERSOR Possui Impressora; Possui Marcapasso Transcutâneo; Possui Módulo DEA; Possui Oximetria(SPO2); Possui Bateria: Tipo Bifásico; Comando nas pás: Carga e disparo; Possui pás internas; Possui memória de ECG.	Unid.	01
4	REANIMADOR PULMONAR MANUAL PEDIÁTRICO (AMBU) Possui reservatório; balão em silicone translúcido autoclavavel 500 ml, máscara facial em silicone, válvula unidirecional (bico de pato) Extensão plástica 2,0 M. Aplicação: infantil.	Unid.	02
5	NEBULIZADOR PORTÁTIL Tipo: Ultrassônico; Número de saídas simultâneas: 01;220 V/Bivolt.	Unid.	02
6	DEA – DEFIBRILADOR EXTERNO AUTOMÁTICO Acessório(s): 1 eletrodo; Possui Tela de ECG Operação com apenas um botão; Inteligência artificial: diagnóstico acurado das condições do paciente, indicando ou não a aplicação do choque e impedindo o uso acidental; Mínimo de 200 choques (200 Joules, carga plena, bateria em boas condições); Orientação por voz e por indicadores luminosos; Utilização horizontal ou vertical; Gravação de eventos para posterior análise; Conexão	Unid.	01

	com PC via USB; Choque Bifásico; Auto- diagnóstico de funções e bateria; Software de conexão, download e gerenciamento de dados via PC; Acesso fácil às pás para uso.		
7	MONITOR MULTIPARÂMETROS Possui: Pressão não invasiva(PNI), respiração, temperatura; Tipo de monitor: LCD; Tamanho da tela: de 10" a 12"; Possui Eletrocardiograma(ECG),Oximetria(SPO2), Capnografia (ETCO2), Pressão invasiva(PI) Débito cardíaco.	Unid.	01
8	CADEIRA DE RODAS PARA OBESO Material de confecção: Aço/ferro pintado; Estrutura dobrável em duplo X; Pintura eletrostática epóxi; estofamento em nylon acolchoado, almofada em espuma injetada; freios bilaterais reguláveis; apoios de pés fixos; apoios de braço fixo; Possui elevação de pernas; Possui suporte de soro. Capacidade 130 Kg.	Unid.	01
9	MICROPIPETA MULTICANAL Ejetor automático; Capacidade : VL. Variável 12 canais: Permite a aspiração e a dispensação da amostra em 12 canais, de forma simultânea; Controle total de volume, tanto para operações de aspiração quanto para dispensação; Botão para ajuste de volume; Sistema de numeração com leitura em display digital; ejeter automático de ponteiros; Formato anatômico, leve e estrutura resistente.Pistão em aço inoxidável polido	Unid.	01
10	BALANÇA PARA LABORATÓRIO Balança para laboratório com função de contagem de peças, display LCD e conversão de unidades. Utiliza mecanismo eletromagnético de precisão. Capacidade: 3200 g. Leitura: 0.01g. Repetibilidade menor que 0,01g. Linearidade de aproximadamente 0,30g. Aferida pelo INMETRO. Tensão bivolt / 220 V	Unid.	01
11	RETINOSCÓPIO Deve possuir sistema de foco externo com rotação contínua, filtro polarizador linear cruzado, cartões de alvo magnético para retinoscopia dinâmica, focalização e rotação de 360° da fenda. Iluminação lâmpada LED 3.5 V com vida útil estimada de 10.000 horas. Alimentação a bateria ou elétrica. Composto de: 01 cabeça de retinoscópio, 01 cabo recarregável, 01 carregador de mesa, 01 lâmpada LED 3.5V e 01 estojo de proteção.	Unid.	01
12	CADEIRA OFTALMOLÓGICA Movimento: elétrico; Encosto: regulável; Apoio de cabeça regulável; Acionamento da resistência: comando lateral.	Unid.	01
13	OFTALMOSCÓPIO BINOCULAR INDIRETO Oftalmoscópio binocular indireto com sistema de iluminação a Led 5W. Deve possuir alimentação por bateria e ajuste da potência de iluminação no capacete. Distancia pupilar de 48 - 75 mm, diâmetro mínima da pupila de 2 mm, intensidade luminosa de aproximadamente 1200 lux, diâmetro dos Spots de iluminação: 25, 35 e 45 (300 mm), filtros azul e verde com camada de proteção evaporada, lentes de vidro óptico com anti refletor: Acompanhar bateria e carregador acoplados ao capacete e maleta.	Unid.	01
14	COLUNA OFTALMOLÓGICA Fabricada em chapa metálica tratada contra corrosão e pintura eletrostática a pó, o que garante grande durabilidade e estabilidade do conjunto. Liga/desliga projetor: Liga/desliga e controle da intensidade da luz da sala/consultório, liga/desliga e controle da intensidade da luz da luminária, indicação de utilização no painel para o Oftalmoscópio e Retinoscópio; Opcionais inclusos: Controle dos movimentos da cadeira, carregador de bateria com duas entradas para Retinoscópio ou	Unid.	01

	Ofthalmoscópio portáteis, Braço pantográfico para o refrator com ajuste longitudinal, Dois braços com bandejas de apoio (uma em aço e uma revestida em fórmica), Tomadas auxiliares, Fonte eletrônica para alimentação do Ofthalmoscópio e Retinoscópio com seletor de tensão ajustável de 2,5 V a 6,0 V; Especificações Elétricas: Tensão de Alimentação: 110-130V / 220-230V (reversão Automática), Frequência: 50/60 Hz; Chave geral luminosa para indicação de equipamento ligado.		
15	TONÔMETRO Tonômetro de aplanção fixo com acoplador para lâmpada de fenda e calibrador, medição através de prisma, ajuste de medição 0 a 60 mmHg, precisão +/- 0,5 mmHg. Deve acompanhar 10 prismas e calibrador.	Unid.	01
16	LÂMPADA DE FENDA Lâmpada de fenda oftalmológica com oculares de 10 x e 16 x e montagem sobre mesa motorizada; com filtros azul-cobalto, verde, neutro, absorção de calor e passagem livre de luz. Faixa mínima de ajustes de dioptrias -8D, a +8D, com ajuste da distância pupilar, com largura de fenda contínua de 0° a 180°, comprimento de fenda contínuo de 1 a 8 mm, inclinação da fenda de 0° a 25°. Iluminação por lâmpada halógena, com potência mínima de 25 W com controle de intensidade. Com campo de observação aproximado de 9 mm, 11,25 mm, 14,5 mm e 18 mm, seletor de ampliação de no mínimo 02 passos por rotação de lente objetiva. Deve possuir saída auxiliar para acoplamento de câmera digital e acompanhar: suporte para queixo, mesa elétrica, bastão de teste e suporte para tonômetro de aplanção. A alimentação elétrica será definida pela entidade compradora.	Unid.	01
17	CADEIRA OTORRINO LÓGICA Cadeira com movimento (elétrico) lateral de 90° para a direita a para a esquerda, através de trava localizada abaixo do assento.Sistema de elevação do assento e encosto do tórax totalmente elétrico, isento de óleo, atingindo a posição de 180°, tipo maca.Braços anatômicos e escamoteáveis; Encosto de cabeça escamoteável, com regulagem de altura e adaptador para atendimento de crianças; Estofamento com espuma injetada de alto impacto, com courvim sem costuras. Sistema elétrico 220 V/Bivolt	Unid.	01
18	DIAPASÃO Composição: com cursor Alumínio anti-corrosão, anti-magnético; Comprimento aprox. 15 cm; Vibra a 128 ciclos por segundo; Extremamente durável ;O cursor ou fixador (disco na ponta) facilita a produção da vibração.	Unid.	02
19	BISTURI ELÉTRICO(ATÉ 165W) Função bipolar; Microprocessador; Alarmes Potência: até 100W	Unid.	02
20	FOTÓFORO Fonte de luz: Fibra Óptica; foco regulável; Possui bateria. Luz branca e brilhante; Iluminação LED de 5W – 50.000 lux Ajuste de abertura, posicionamento do foco e intensidade da luz; Temperatura de cor de 5000K e livre de raios UV; Iluminação coaxial homogênea e livre de sombras; Alimentação DC (bateria) e AC bivolt);Possibilidade de utilização com lupas; Bateria de lítio com indicador de carga	Unid.	01

21	MARTELO DE REFLEXO Produto confeccionado em aço inoxidável, Cromado; Com Ponteira dupla de borracha.	Unid.	01
22	COLPOSCÓPIO Aumento : Variável; Possui braços, câmera e monitor. O equipamento possui micro regulagem de altura. Aumento variável através de sistema zoom óptico motorizado; Objetiva de cristal com distância focal de 300 a 400 mm; Iluminação por sistema moderno de luz fria através de LED alto-brilho; Alimentação elétrica automática em 110 ou 220 volts 50/60 Hz. Teclado para funções: comando individual de zoom, foco, luz verde localizado na parte superior traseira do cabeçote; Filtro de luz verde eletrônico para evidênciação de vasos sanguíneos; Saída de vídeo para vários tipos de aparelhos: Vídeo printer, monitor ou TV, captura de imagens, etc. Monitor de LCD, programa de captura de imagem com laudo.	Unid.	01
23	CRIOCAUTÉRIO Tipo de gás: Nitrogênio líquido medicinal; Suporte com rodízios; Quantidade de ponteiros: até 5 ponteiros.	Unid.	01

2.2 . O quantitativo solicitado foi determinado de acordo com a Proposta de Aquisição de Equipamento Permanentes de nº. 11399.442000/1160-26, com recurso advindo de Emendas Parlamentares, conforme comprovado na documentação acostada nos autos.

3- DA JUSTIFICATIVA E DO OBJETO DA CONTRATAÇÃO

3.1. A Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo realiza anualmente licitações para abastecimento das unidades de saúde, que compõem sua estrutura, com a devida previsão dos materiais nelas utilizados.

3.2. A presente proposição para aquisição de equipamentos para a SAB justifica-se pela necessidade de dar continuidade aos serviços prestados nos postos de saúde, que atendem aos pacientes da região.

3.3. Esta aquisição tem por finalidade assegurar o fornecimento de condições mínimas necessárias para o adequado funcionamento da unidade.

4- DO FORNECIMENTO (FORMA, PRAZO E LOCAL DE ENTREGA)

4.1. A Contratada deverá atender a todas as ordens de fornecimento expedidas pela Unidade Requisitante.

4.2. Os itens deverão ser entregues em parcela única, com prazo não superior a 45 dias, contados a partir do recebimento da Nota de Empenho ou da assinatura do instrumento contratual, se for o caso.

4.3. A entrega deverá ser realizada na Policlínica Sylvio Henrique Braune, com sede na Rua Plínio Casado, s/n, sala 05, Centro, Nova Friburgo/RJ, de segunda a sexta-feira, no horário de 09h:00m às 17h:00m.

4.4. Os equipamentos constantes no subitem 2.1 deste Termo de Referência deverão ser entregues sem violação da embalagem, sem deterioração ou qualquer outro fator que possa comprometer seu uso ou qualidade.

4.5. Caso os equipamentos apresentem embalagem violada ou qualquer tipo de comprometimento para seu uso, bem como marca trocada (em desacordo com a proposta apresentada pela licitante), caberá à Contratada efetuar a troca, no prazo máximo de 48 horas, se responsabilizando, ademais, por todas as despesas que porventura venham a ocorrer.

4.6. Outrossim, deverão constar nos equipamentos os dados de identificação e procedência, fabricação, validade, número de lote e número do Registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), se aplicável.

4.7. No caso de aplicabilidade, não serão aceitos equipamentos cujos registros no Ministério da Saúde/Anvisa, estejam vencidos, inválidos, pendentes de renovação ou cancelados.

4.8. Caso os equipamentos médicos-hospitalares cotados sejam dispensados do registro na Anvisa, a licitante deverá apresentar cópia do ato de isenção.

4.9. No momento da entrega, os equipamentos deverão ser acompanhados dos seguintes documentos (quando aplicável):

4.9.1. Manual de operação;

4.9.2. Manual de serviços;

4.9.3. Esquemas eletrônicos;

4.9.4. Procedimentos de calibração;

4.9.5. Procedimentos de manutenção preventiva;

4.9.6. Certificado de garantia;

5- BOAS PRÁTICAS DE AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS MÉDICO-HOSPITALARES

5.1. O presente Termo de Referência foi confeccionado com base na legislação vigente e no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, elaborado pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa).

6- CONDIÇÕES GERAIS

6.1. A Contratada deverá cumprir as exigências das regulamentações técnicas federal, estadual e municipal que dispõem sobre a qualidade, segurança, desempenho, instalação e uso de equipamentos médico-hospitalares.

6.2. A empresa vencedora deverá cumprir as seguintes exigências:

6.2.1. Ter assistência técnica comprovada e autorizada pelo fabricante no Estado do Rio de Janeiro.

6.2.2. Garantir que os equipamentos entregues são aqueles descritos no presente Termo de Referência e que possuem os padrões de qualidade e aceitação.

6.2.3. Prestar assessoria profissional para adequação dos pontos (elétricos, hidráulicos, de gás, vapor ou ar comprimido) necessários à correta operação de todos os equipamentos, conforme manual do fabricante.

6.2.4. Apresentar à Contratante o certificado do produto emitido pelo INMETRO, quando couber;



6.2.5. Quando aplicável, deverão ser apresentados ainda o registro do equipamento e insumos na Anvisa, bem como as respectivas cartas de autorização de fornecimento de tais materiais, fornecidas pelo detentor do registro na Anvisa.

6.2.6. Obedecer à legislação pertinente em vigor correspondente a cada objeto constante no Termo de Referência.

6.2.7. Fornecer toda e qualquer parte ou acessório necessários ao completo funcionamento de todo o sistema.

6.2.8. Os equipamentos deverão apresentar segurança em suas instalações elétricas em conformidade com a NBR/IEC 601.1.

6.2.9. Todos os documentos mencionados nos subitens 4.9.1 a 4.9.6 deverão estar no idioma português(Br).

6.2.10. A entrega, o transporte, a descarga, colocação e a instalação dos equipamentos serão por conta da empresa contratada.

6.2.11. A Contratada deverá prestar, sem custos à Contratante, assessoria científica e oferecer treinamento das equipes para a utilização do equipamento sempre que solicitado.

6.2.12. Deverá ainda fornecer, sem custos à Contratante, manutenção preventiva e corretiva do equipamento, durante a vigência da garantia.

6.2.13. Ademais, a Contratada deverá seguir a programação do órgão requisitante, quanto à data, horário, local e quantidade a ser entregue.

6.2.14. Bem como conceder total garantia quanto à qualidade do material fornecido e efetuar a substituição imediata, e totalmente às suas expensas, de qualquer produto entregue comprovadamente em desacordo com este Termo de Referência, ou seja, fora das especificações técnicas e padrões de qualidade exigidos.

6.3. A Contratada deverá fornecer à Contratante todas as informações técnicas necessárias e suficientes para a operação correta e segura dos equipamentos.

6.4. A tensão elétrica dos aparelhos solicitados deverá ser de 220v.

6.5. A empresa vencedora deverá manter estoque de partes e peças de reposição, bem como assegurar seu fornecimento por um período mínimo de 05 anos, a contar da aceitação.

7 – NOMEAÇÃO DA EQUIPE TÉCNICA

7.1. Segundo determinação da Agência Nacional de Vigilância Sanitária, apresentada no Manual de Boas Práticas de Aquisição de Equipamentos Médico-Hospitalares, a Contratante deve constituir equipe técnica para a aquisição de equipamentos médico- hospitalares, da qual deverão participar, obrigatoriamente, o dirigente da unidade responsável pelo uso clínico dos equipamentos, bem como o dirigente da unidade responsável pela gerência e manutenção dos referidos equipamentos.

7.2. Visando o cumprimento desta determinação, a Contratante nomeará como integrantes da equipe técnica os dirigentes da Unidade em atuação na ocasião e informará, no momento oportuno, seus respectivos nomes e matrículas.

7.3. A equipe técnica instituída acima é responsável pela especificação do item aqui requerido e ainda pela execução dos procedimentos para recebimento do equipamento, acompanhamento da respectiva instalação e elaboração da aceitação, conforme devidamente detalhado no decorrer deste documento.

8- DOS PROCEDIMENTOS DE RECEBIMENTO E ACEITAÇÃO DO OBJETO

8.1. Para o procedimento de entrega dos equipamentos, é indispensável a presença da Contratada ou seu representante, devida e comprovadamente autorizado.

8.2. Os bens serão recebidos:

8.2.1. Provisoriamente, a partir da entrega, para efeitos de verificação da conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência.

8.2.2. Definitivamente, após verificação da conformidade com as especificações constantes do edital e das propostas, bem como após a instalação e comprovação de funcionamento do equipamento.

8.3. Tanto o recebimento provisório, quanto o recebimento definitivo, deverão ser instrumentalizados em documentos específicos, que serão elaborados pela equipe técnica designada no subitem 7.2 deste Termo de Referência.

8.4. A equipe técnica deverá, no momento da entrega, realizar uma inspeção visual dos equipamentos para assegurar que:

8.4.1. Os equipamentos correspondem àqueles especificados no presente Termo de Referência e nas propostas apresentadas.

8.4.2. Os equipamentos estão completos, com todos os acessórios e documentação técnicas especificadas no Termo de Referência e no edital.

8.4.3. Não existem partes dos equipamentos e seus acessórios danificados.

8.4.4. Os equipamentos estão compatíveis com os requisitos de pré- instalações aprovadas pela Contratada.

8.5. Verificada a conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência, no edital e nas propostas, bem como aprovada a inspeção visual prevista no subitem 8.4.1 a 8.4.4, a equipe técnica emitirá o documento atestado o recebimento provisório.

8.6. Emitido o documento de recebimento provisório, a Contratada deverá realizar as instalações dos equipamentos no prazo máximo de 05 dias úteis, e estes ficarão em

funcionamento na Policlínica Sylvio Henrique Braune por um período de experiência de 15 dias corridos, contados da instalação, para avaliação técnica durante o uso dos equipamentos.

8.7. Ao final deste período, a equipe técnica designada pela Contratante encaminhará relatório à Contratada e à Secretaria Municipal de Saúde, aprovando ou reprovando os equipamentos.

8.8. Caso os equipamentos não estejam de acordo com as especificações propostas, a Contratada deverá providenciar a substituição no prazo máximo de 05 dias úteis, contados da data de recebimento do relatório mencionado no item 8.7 deste documento.

8.9. Aprovados os equipamentos, a equipe técnica da Contratante emitirá o recebimento definitivo e o aceite dos equipamentos.

8.10. O prazo máximo para emissão documento supramencionado será de 03 dias úteis, contados do recebimento do relatório de aprovação mencionado no item 8.7.

8.11. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem anterior não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo.

8.12. Após o recebimento definitivo dos equipamentos, a equipe técnica, no prazo de 03 dias úteis, deverá comunicar o fato ao Setor de Patrimônio da Secretaria Municipal de Saúde, que providenciará os respectivos códigos de identificação, a fim de incluí-los no patrimônio e no sistema de gerência e manutenção da Contratante.

8.13. Ademais, caberá à equipe técnica, no mesmo prazo acima, comunicar ao gabinete desta Secretaria o aceite final dos equipamentos.

9- PRÉ- INSTALAÇÃO E INSTALAÇÃO

9.1. Ao apresentarem as propostas, as empresas participantes deverão informar à Contratante os requisitos de pré-instalação dos equipamentos, fundamentais para a avaliação da adequação da Unidade de Saúde onde funcionará.

9.2. Os requisitos de pré-instalação deverão atender às prescrições da regulamentação técnica que dispõem sobre a arquitetura e engenharia de estabelecimento de saúde.

9.3. Finalizada a licitação, a empresa vencedora deverá verificar a conformidade das instalações da Contratante em relação aos requisitos previamente estabelecidos. Tal verificação será realizada mediante inspeção local realizada por representante da empresa vencedora, que aprovará formalmente as instalações da Unidade de Saúde.

9.4. O prazo para a realização da inspeção in loco será de 03 dias úteis, a contar da publicação do Resultado de Julgamento no veículo responsável pelas publicações oficiais da Prefeitura de Nova Friburgo.

9.5. Caso a Contratada não emita a aprovação formal no momento da finalização da inspeção local, o prazo para sua apresentação será de 03 dias úteis, contados da data da visita.

9.6. Se, porventura, a inspeção local não for aprovada pela Contratada, será concedido à Contratante o prazo de 20 dias úteis para a readequação do setor que receberá os equipamentos, o que não afetará a entrega dos demais itens passíveis de instalação imediata.

9.6.1. Se necessário, caso haja o impedimento na execução do contrato administrativo por causa da Administração, será devolvido a Contratada o prazo de entrega em relação ao item cuja a instalação eventualmente esteja acondicionada às adaptações do local realizadas pela Contratante.

9.7. Com a provação final emitida pela empresa vencedora, e no prazo máximo de 05 dias úteis contados de sua emissão, a Contratada realizará as instalações dos equipamentos.

9.8. Para a conclusão das instalações a Contratada, ou seu representante devidamente autorizado, deverá efetuar os testes das instalações dos equipamentos, realizando demonstração de seus funcionamentos à equipe técnica de acompanhamento.

9.9. Os custos referentes à pré- instalação e instalação, particularmente aqueles adicionais, que podem ocorrer na adequação do estabelecimento de saúde ou durante as instalações dos equipamentos (quando são adquiridos produtos para a interface ou interconexão, controle ambiental ou proteção de interferências), incluindo custos de eventual acompanhamento ou inspeção pela Contratada, serão integralmente pagos por esta.

10- DO TREINAMENTO

10.1. A Contratada oferecerá treinamento para os operadores dos equipamentos adquiridos, sem custo adicional para a Contratante.

10.2. Caso a equipe técnica instituída no subitem 7.3 deste Termo de Referência considere necessário, a Contratada oferecerá treinamento aos técnicos da Contratante para a prestação de serviços de manutenção a serem realizados após o término do período de garantia dos equipamentos.

10.3. Os custos de treinamento, tanto dos operadores dos equipamentos quanto dos técnicos de manutenção da Contratante serão integralmente pagos pela Contratada, estando incluídos os custos com o treinamento inicial e treinamento continuado, a participação de especialistas, o transporte dos profissionais da Contratada, bem como o possível uso de material didático.

11- DA DOCUMENTAÇÃO

11.1. A equipe técnica responsável pelo recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos médico-hospitalares, devem registrar em documento único apropriado, informações detalhadas sobre os equipamentos e todos os eventos do processo de seu recebimento, instalação e aceitação.

11.2. A equipe técnica deverá realizar a guarda e o controle de toda documentação referente ao recebimento, instalação e aceitação dos equipamentos, incluindo a documentação técnica (manuais de operação e manuais de serviço) e atualizações efetuadas nesta documentação, devendo ainda divulgar na unidade Requisitante as informações nela contidas.

11.3. Após a aceitação dos equipamentos, no que tange àqueles enquadradas nas classes 02 e 03 (médio e alto risco, respectivamente) da Portaria 2043/1994 do Ministério da Saúde, devem ser anexados livros (diários) ou cartões de registros, que deverão conter informações resumidas das intervenções para manutenções preventivas e corretivas, das modificações efetuadas, das pequenas falhas ou funcionamentos anormais, entre outras informações, encabeçadas pela aceitação dos equipamentos em serviço.

11.4. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser de fácil acesso aos seus usuários e terão as seguintes funções:

11.4.1. Manter as unidades usuárias dos equipamentos informadas quanto aos reparos e modificações neles efetuadas.

11.4.2. Assegurar que as manutenções preventivas serão executadas nas datas previstas.

11.4.3. Chamar a atenção para problemas que podem estar ocasionando frequentes avarias aos equipamentos.

11.4.4. Indicar que os usuários verificaram os equipamentos após as manutenções.

11.4.5. Indicar que os equipamentos foram submetidos a testes funcionais antes de serem utilizados em pacientes.

11.5. Os livros (diários) ou cartões de registros deverão ser mantidos permanentemente junto aos equipamentos e suas atualizações ou preenchimentos deverão ser realizados segundo requisitos previamente estabelecidos e formalmente instituídos pela direção do Setor Requisitante, incluindo o requisito de datar e assinar cada registro.

11.6. A Contratante deverá manter registros de todos os treinamentos realizados por seus funcionários ou pelos funcionários da Contratada para a capacitação de seus profissionais e técnicos na operação ou prestação de serviços de manutenção de cada um dos equipamentos adquiridos.

12- DA GARANTIA E ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

12.1. A Contratada deverá fornecer garantia dos equipamentos e seus acessórios pelo período mínimo de 24 meses, a contar da respectiva aceitação.

12.2. Será ainda responsável por vícios ou defeitos de fabricação, bem como desgastes anormais dos equipamentos, suas partes e acessórios obrigando-se ressarcir os danos e substituir os elementos defeituosos, sem ônus a Contratante.

12.3. A empresa Contratada deverá possuir equipe de assistência técnica ou representação técnica especializada para a prestação de serviços de manutenção no país.

12.4. Durante a vigência do período de garantia, na eventual necessidade de assistência técnica, os custos referentes ao transporte de técnicos e equipamentos em função da distância entre a Contratante e o fornecedor ou seu representante técnico serão integralmente pagos pela Contratada.

13- DA AVALIAÇÃO TÉCNICA DOS EQUIPAMENTOS

13.1. Fica facultada à equipe técnica instituída no subitem 7.3 deste Termo de Referência exigir da empresa classificada pela licitação, a avaliação técnica dos equipamentos antes da adjudicação do vencedor da licitação, a fim de garantir sua qualidade.

13.2. O prazo para solicitação desta avaliação será de 03 dias úteis, contados da data da sessão pública do Pregão Presencial.

13.3. A equipe técnica comunicará ao Pregoeiro se os equipamentos foram aprovados ou não. Caso não sejam aprovados, o Pregoeiro convocará automaticamente a segunda colocada e assim sucessivamente.

14- DA CLASSIFICAÇÃO DOS BENS COMUNS

14.1. Os bens a serem adquiridos enquadram-se na classificação de bens comuns, nos termos da Lei vigente.

15- DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

15.1. As despesas decorrentes da aquisição dos objetos previstos no presente Termo de Referência correrão por conta do elemento de despesa e fonte de recurso abaixo descritos e em conformidade com a Emenda Parlamentar 11399.442000/1160-26;

15.1.1. Elemento de Despesa – 44.90.52

15.1.2. Fonte de Recurso – 07 – SUS

15.2. Quanto aos Programas de Trabalho, serão utilizados de acordo com as especificações a seguir:

15.2.1. Subsecretaria de Atenção Básica: 30001.1030100832.193

15.3. As notas fiscais deverão ser emitidas em nome do FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ: 11.399.442/0001-79, AVENIDA ALBERTO BRAUNE, 224, SALA 221, CENTRO, NOVA FRIBURGO/RJ, CEP 28613-001.

16 – DA LIQUIDAÇÃO

16.1. A liquidação será realizada pela Secretaria Municipal de Finanças. Planejamento, Desenvolvimento Econômico e Gestão, a partir do cumprimento das obrigações elencadas neste Termo de Referência.

17 –DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado conforme dispõem o decreto nº.258 de 27 de setembro de 2018, desde que as certidões listadas abaixo estejam dentro da validade:

10.1.1. Negativa de Débitos Trabalhistas;

10.1.2. Fazenda Federal – abrange as contribuições sociais;

10.1.3. FGTS;

10.1.4. PGE- referente a Dívida Ativa;

10.1.5. Municipal – referente ao ISS e Dívida Ativa

10.1.6. Estadual CND – referente ao ICMS

10.2. A Nota Fiscal de Serviço deverá conter a identificação do Banco, número da Agência e da Conta-Corrente, para que a Contratante possa efetuar o pagamento do valor devido.

10.3. Na ocorrência de rejeição da Nota Fiscal, motivada por erro ou incorreções, o prazo para pagamento estipulado acima passará a ser contado a partir da data de sua reapresentação.

18-DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

18.1. Não poderão participar da licitação as empresas que estiverem sob falência, recuperação judicial, concurso de credores, dissolução, liquidação ou que estejam suspensas de licitar e/ou declarada inidônea por qualquer órgão da Administração Pública, direta ou indireta, federal, estadual ou municipal, bem como as que estejam punidas com suspensão do direito contratar ou licitar com a Administração Pública;

18.2. Não poderão participar ainda os servidores de qualquer órgão ou entidades vinculadas ao Município de Nova Friburgo, bem assim as empresas das quais tais servidores sejam sócios, dirigentes ou responsáveis técnicos.

18.3. Os interessados, ou seus representantes legais, deverão comparecer nas instalações da Comissão de Pregão na data e horário estipulado, comprovando possuir poderes para formular propostas e para a prática de os demais atos do certame. É vedada a participação de um mesmo representante legal para mais de uma empresa, sendo admitido somente um representante por proponente.

18.4. A participação do representante legal da empresa far-se á por meio de instrumento público de procuração ou instrumento particular, com poderes para formular ofertas e lances de preços e praticar os demais atos pertinentes ao certame, em nome do proponente. Em sendo sócio, proprietário dirigente ou assemelhado da empresa proponente deverá apresentar cópia do respectivo Estatuto ou Contrato Social, no qual estejam expressos seus poderes para exarar direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

19-DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

19.1.Caberá à Contratante:

19.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

19.1.2. Receber provisoriamente o material, disponibilizado local, data e horário;

19.1.3. Verificar minuciosamente, no prazo fixado, a conformidade dos bens recebidos Provisoriamente com as especificações constantes do Termo de Referência e da proposta, para fins de aceitação e recebimento definitivo;

19.1.4. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das obrigações da Contratada, através de servidor especialmente designado;

19.1.5. Efetuar o pagamento no prazo previsto;

19.1.6. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela contratada.

19.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pela Contratada com terceiros, ainda que vinculados à execução do presente Termo de Contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato da Contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

20- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

20.1. Ter capacidade de atendimento da demanda com eficiência, presteza e zelo;

20.2. Efetuar a entrega e instalação/montagem dos bens em perfeitas condições, no prazo e local indicados pela Contratante, em estrita observância das especificações do Termo de Referência e da proposta, acompanhada da respectiva Nota Fiscal Eletrônica COMPLETA constando detalhadamente as indicações da marca, fabricante, modelo, tipo, procedência e prazo de garantia, quando for o caso, acompanha das certidões de regularidade fiscais citadas nos subitens 17.1.1 a 17.1.6;

20.3. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do produto, de acordo com os artigos 12,13,18 e 26, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº.8.078, de 1990);

20.4. O dever previsto no subitem anterior implica na obrigação de, a critério da Contratante, substituir, reparar, corrigir remover, ou reconstruir, as suas expensas, no prazo máximo de 03 dias, o produto com avarias, defeitos ou em desacordo com o Termo de Referência;

20.5. Atender prontamente a quaisquer exigências da Contratante, inerentes ao objeto da presente contratação;

20.6. Não transferir a terceiros, por qualquer forma, nem mesmo parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar qualquer das prestações a que está obrigada, exceto nas condições autorizadas no Termo de Referência ou na minuta do contrato.

20.7. Responsabilizar-se, pelas despesas dos tributos, encargos trabalhistas, previdenciários, fiscais, comerciais, taxas, fretes, seguros, deslocamento de pessoal, prestação de garantia e quaisquer outras que incidam ou venham a incidir na execução do contrato.

20.8. Comunicar à Contratante, no prazo mínimo de 72 horas de antecedência, os motivos que eventualmente impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação; sob prévia autorização da contratante em relação a razoabilidade do prazo solicitado;

20.9. Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

20.10. Arcar com ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do 1º parágrafo do art. 57 da Lei nº. 8.666, de 1993.

21-MEDIDAS ACAUTELADORAS

21.1. Consoante o artigo 45 da Lei 9.784, de 1999, a Administração Pública poderá sem a prévia manifestação do interessado, motivadamente, adotar providências acauteladoras, inclusive retendo o pagamento, em caso de risco iminente, como forma de prevenir a ocorrência de dano de difícil ou impossível reparação.

22- DA SUBCONTRATAÇÃO

15.1. Não será admitida a subcontratação do objeto.

23-DA ALTERAÇÃO SUBJETIVA

23.1. É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados por esta nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos, sejam mantidas as demais cláusulas e condições do contrato, não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade do contrato.

24- DOS CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

24.1. A Contratada deverá atender, no que couber, o critério de sustentabilidade ambiental previstos na Instrução Normativa SLTI/MPOG nº. 01, de 19/01/2010.

25-DO CONTROLE DA EXECUÇÃO

25.1. O acompanhamento e a fiscalização da contratação serão exercidos por um representante da Contratante, ao qual competirá dirimir as dúvidas que surgirem no curso da execução do contrato, e de tudo dará ciência à Administração, na forma dos artigos 67 e 73 da Lei nº. 8.666/93 e do artigo 6º do Decreto nº. 2.271, de 1997.

25.2. Para acompanhamento e fiscalização da execução do presente contrato, ficam designados os agentes públicos abaixo informados:

Patrícia Soares Carvalho – Matrícula 29.9080

25.3. O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos funcionários eventualmente envolvidos, determinando o que for necessário à regularização das faltas ou defeitos observados e encaminhado os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis.

25.4. O fiscal designado pela Contratante deverá ter a experiência necessária para o acompanhamento e controle da execução dos serviços e do contrato.

25.5. A verificação da adequação da prestação do serviço deverá ser realizada com base nos critérios previstos neste Termo de Referência.

25.6. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art.70 da Lei nº. 8.666, de 1993.

26-DAS RESPONSABILIDADE TÉCNICA PELA ELABORAÇÃO DO PRESENTE TERMO

26.1. O presente documento foi elaborado em conjunto com os responsáveis técnicos dos setores requisitantes, que se responsabilizam por todas as informações e exigências técnicas aqui apresentadas.

27-DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

O descumprimento, por parte da CONTRATADA, das obrigações assumidas no Presente Termo de Referência, ou o descumprimento dos preceitos legais pertinentes, ensejará a aplicação das sanções previstas na lei 8.666/93 e da Lei 10.520/2002.

27.1 – Comete infração administrativa:

27.1.1 – Não assinar o termo de contrato ou aceitar/retirar o instrumento equivalente, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

27.1.2 – Apresentar documentação falsa;

27.1.3 – Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

27.1.4 – Ensejar o retardamento da execução do objeto;

27.1.5 – Não mantiver a proposta;

27.1.6 – Cometer fraude fiscal;

27.1.7 – comportar-se de modo inidôneo;

27.2 – Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como Me/EPP, ou conluio, entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.

27.3 – O licitante/adjudicatário que cometer quaisquer das infrações discriminadas no subitem anterior, ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, as seguintes sanções:

27.3.1 – Multa de até 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

27.3.2 – impedimento de licitar e de contratar com o Município e descredenciamento pelo prazo de até cinco anos;

27.4 – As sanções de advertência e sanções de suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar com a Administração Pública poderão ser aplicadas juntamente com a sanção de multa, facultada a defesa prévia de interessado, no respectivo processo, no prazo de 5 (cinco) dias úteis.

27.5 – A aplicação de quaisquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei n.º 8.666/93, e subsidiariamente na lei n.º 9.784/99.

27.6 – A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como, o dano causado à administração, observado o princípio da proporcionalidade.

28-DA RESCISÃO

28.1. O inadimplemento de cláusula estabelecida neste Termo de Referência, bem como na legislação vigente, por parte do fornecedor, assegurará a Secretaria Municipal de Saúde de Nova Friburgo o direito de rescindi-la, mediante notificação, com prova de recebimento.

28.2. Além de outras hipóteses expressamente previstas no artigo 78 da Lei n.º. 8.666/1993 constituem motivos para a rescisão do contrato:

28.2.1. Atraso injustificado na prestação dos serviços, bem como a sua paralisação sem justa causa e prévia comunicação a Secretaria Municipal de Saúde.

28.2.2. O cometimento reiterado de falhas, comprovadas por meio de registro próprio efetuado pelo representante da Secretaria Municipal de Saúde.

28.3. Ao Município de Nova Friburgo é reconhecido o direito de rescisão administrativa, nos termos do artigo 79, inciso I, da Lei nº. 8.666/93, aplicando-se, no que couber, as disposições dos parágrafos primeiro e o segundo do mesmo artigo, bem como as do artigo 80.

29-DO FORO

29.1. Fica eleito o Foro Municipal da Comarca de Nova Friburgo/RJ com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja para dirimir quaisquer dúvidas ou controvérsias oriundas do certame, que não puderem ser solucionados administrativamente

Termo de Referência elaborado pelo servidor abaixo consoante requisição enviada pelo Nosocômio, cabendo tão somente ao subscritor a elaboração do presente Termo uma vez que não possui conhecimento técnico sobre a especificidade dos serviços a serem realizados da contratação em apreço, sendo tal ônus da Unidade Requisitante.

Érica Ribeiro de Freitas Borges
Secretaria de Saúde
Matrícula: 115.268

Nicole Ribeiro Lessa Cipriano
Secretária de Saúde
Matrícula: 106.137